



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III – GUARABIRA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**GISLAINE MUNIZ DE LIMA**

**DO FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO À MARCHA DAS MULHERES NEGRAS -  
2015: O QUE MUDOU?**

**GUARABIRA  
2019**

GISLAINE MUNIZ DE LIMA

**DO FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO À MARCHA DAS MULHERES NEGRAS -  
2015: O QUE MUDOU?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup>. Dra. Ivonildes da Silva Fonseca

**GUARABIRA  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732f Lima, Gislaine Muniz de.  
Do feminismo negro brasileiro à Marcha das mulheres - 2015 [manuscrito] : o que mudou? / Gislaine Muniz de Lima. - 2019.  
42 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.  
"Orientação : Profa. Dra. Ivonildes da Silva Fonseca, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."  
1. Racismo. 2. Sexismo. 3. Feminismo Negro. 4. Marcha das Mulheres. I. Título

21. ed. CDD 305.42

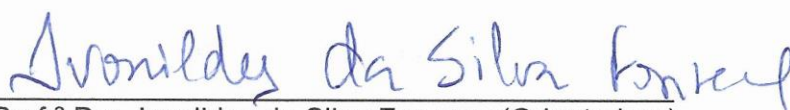
GISLAINE MUNIZ DE LIMA

DO FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO À MARCHA DAS MULHERES NEGRAS -  
2015: o que mudou?

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
História do Centro de Humanas da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Licenciada em História.

Aprovada em: 27/11/2019.

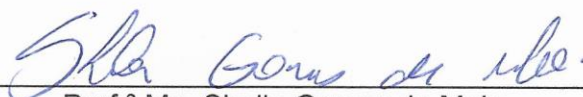
**BANCA EXAMINADORA**



Prof.<sup>a</sup> Dra. Ivonildes da Silva Fonseca (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas  
Universidade Estadual da Paraíba



Prof.<sup>a</sup> Ma. Sheila Gomes de Melo  
Universidade Estadual da Paraíba

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus por ter me concedido saúde e força para superar as dificuldades encontradas pelo caminho.

Agradeço a meu pai Genival e minha mãe Antônia, que nunca mediram esforços para me ajudar, a meus irmãos, Gioclecio, Geiciely, Geysiane por todo incentivo e força durante todo o período acadêmico.

A minha amiga e irmã Walquiria Cunha por todo incentivo e amizade.

A minha querida e paciente orientadora Dra. Ivonildes, pelo carinho e acolhimento com o qual sempre me tratou.

Aos professores da UEPB CAMPUS III, que contribuíram nessa trajetória.

“Quando as mulheres negras se movem, toda a estrutura política e social se movimenta na sociedade” (DAVIS, 2018).

## RESUMO

Este artigo se propõe a analisar a história do feminismo negro no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980. Além disso, verificar a situação das mulheres negras no início do século XXI, culminando na Marcha das Mulheres Negras, em 2015. Pretende-se examinar as continuidades e mudanças ocorridas no período entre o surgimento de movimentos feministas negros e a Marcha das Mulheres. Esta pesquisa se baseia na compreensão de que raça e gênero são dinâmicos e encarados como construções sociais sujeitas a negociações, opressões e silenciamentos constantes em determinados contextos históricos, sociais, culturais e econômicos. O feminismo negro se faz relevante em uma sociedade quando a população branca congrega privilégios para si, enquanto a população negra continua sendo menosprezada apresentando elevados índices de pobreza, desemprego e vulnerabilidade a manifestações de violência. Para se entender as opressões sofridas por mulheres negras, deve-se compreender as representações em circulação na sociedade sobre esse grupo. Recorre-se à interseccionalidade para fornecer embasamento crítico as análises realizadas.

**Palavras-chave:** Feminismo negro. Marcha das mulheres. Racismo. Sexismo.

## **ABSTRACT**

This article aims to analyze the history of black feminism in Brazil between the 1970s and 1980s. In a second moment, check the situation of black women at the beginning of the 21st century, culminating in the Black Women's March in 2015. It is intended to examine the continuities and changes that occurred in the period between the emergence of black feminist movements and the Women's March. This research is based on the understanding that race and gender are dynamic and seen as social constructions subject to constant negotiations, oppressions and silences in certain historical, social, cultural and economic contexts. Black feminism is relevant in a society when the white population gathers privileges for themselves, while the black population continues to be overlooked with high rates of poverty, unemployment and vulnerability to manifestations of violence. To understand the oppressions suffered by black women, you must understand the representations in circulation in society about this group. Intersectionality is used to provide critical basis of the analyses performed.

**Keywords:** Black feminism. Women's march. Racism. Sexism.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Situação de pobreza de acordo com o Programa Brasil Sem Miséria – Brasil (1995, 2005 e 2015) .....	26
Tabela 2 - População ocupada: média nacional e percentual entre as mulheres negras (1995 e 2015).....	28
Tabela 3 - Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade (1995, 2005 e 2015) .....	29
Tabela 4 - Taxa de escolarização líquida (1995 e 2015).....	33

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Homicídios de mulheres negras e brancas (2003 - 2013) .....	30
Gráfico 2 - Taxas de analfabetismo (1995, 2005 e 2015) .....	32

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO CENÁRIO BRASILEIRO .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Definição dos feminismos negros.....</b>	<b>14</b>
<b>3 O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO.....</b>	<b>17</b>
<b>3.1 Movimento Negro Unificado (MNU).....</b>	<b>18</b>
<b>3.2 Organização e atuação de grupos feministas negros .....</b>	<b>19</b>
<b>3.4 A marcha das mulheres negras (2015) e o papel da mulher negra .....</b>	<b>24</b>
<b>3.4.1 Pobreza .....</b>	<b>25</b>
<b>3.4.2 Trabalho .....</b>	<b>27</b>
<b>3.4.3 Violência .....</b>	<b>29</b>
<b>3.4.5 Educação .....</b>	<b>31</b>
<b>4 CONCLUSÃO .....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>37</b>
<b>ANEXO A – CARTA DAS MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA .....</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O feminismo tem gerado debates contínuos em diferentes espaços, a fim de criar uma sociedade mais justa e acabar com a desigualdade. Dentro desse campo, existem diferentes perspectivas. Nesta pesquisa, analisamos o feminismo negro cuja teoria busca reconhecer, constranger, combater e desestabilizar os vários mecanismos de opressão que restringem a liberdade das mulheres negras e sua plena participação na sociedade. Nessa perspectiva, “o feminismo negro não é uma luta meramente identitária, até porque branquitude e masculinidade também são identidades. Pensar feminismos negros é pensar projetos democráticos” (RIBEIRO, 2018, p. 07).

Destarte, a principal questão desta análise é: como os movimentos feministas negros se expandiram no Brasil? A partir disso, explorar alguns desdobramentos dessa questão: analisar a história do feminismo negro; entender quais eram/são as contestações das ativistas negras no Brasil; e refletir sobre a Marcha das Mulheres de 2015 e suas principais demandas. Em segundo lugar, compreender as representações concernentes à mulher negra que circulam na sociedade e como elas alimentam as condutas de discriminação.

Com base nessa conjuntura de opressões, a exigência por igualdade serve como meio de reflexão e reafirmação de vozes que foram enfraquecidas por estruturas racistas, machistas e classistas. Os movimentos feministas negros, por exemplo, são produtos de articulações e das reivindicações que emergem na confluência das práticas cotidianas, das questões de raça, classe e gênero e da dinâmica política. Em suma, a intervenção de um feminismo negro é um ato altamente político.

Dentro de um panorama de opressão contra a população negra, como ocorre no Brasil, as mulheres negras são a categoria maior sujeição a injustiças sociais. Elas estão subjugadas ao racismo, machismo, classismo e às situações em que se acrescentam a lgbtfobia, por exemplo. Quanto ao racismo, podemos afirmar que ele “estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas” (CARNEIRO, 2003a, p. 03).

O texto está estruturado em duas partes: primeiramente, apresentamos alguns aspectos relacionados a raça e gênero, mostrando as possíveis articulações entre

esses dois conceitos. Assim, recorreremos a alguns dados históricos para identificar como a mulher negra é representada. Feito isto, podemos compreender as estratégias de dominação por trás dessas imagens. Com esses elementos em mente, buscamos analisar os conceitos relacionados ao feminismo negro.

Em um segundo momento, apresentamos a emergência do feminismo negro no Brasil com início na década de 1970. Comentamos alguns fatos históricos que descrevem o crescimento do movimento feminista e sua participação política. Finalmente, trazemos alguns dados referentes à presença da mulher negra na sociedade.

Logo, pretendemos estimular reflexões relacionadas ao movimento feminista no Brasil em uma conjuntura de cerceamento dos direitos das mulheres. Exercendo pressão política, o movimento feminista negro surge visando contestar a exclusão social e econômica vivida pela população negra.

Como objetivo principal desta pesquisa é apresentar alguns elementos da história do movimento feminista negro no Brasil, a partir de uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2002) quanto ao feminismo negro, a qual serviu de ponto de partida para compreendermos como se deu sua emergência no país.

A revisão também revelou a centralidade das representações racializadas e sexualizadas de mulheres negras para a ideologia da democracia racial. A revisão foi abordada com uma perspectiva feminista negra, baseando-se em trabalhos de teóricas que enfatizam os aspectos racial, de gênero e classe na estrutura social (COLLINS 1998; GONZÁLEZ, 1979, 1982, 1988; CARNEIRO, 2003a; hooks, 2019).

As metodologias feministas nos impelem a explorar conexões que nem sempre são aparentes. E nos impulsionam a explorar contradições e descobrir o que há de produtivo nelas. O feminismo insiste em métodos de pensamento e de ação que nos encorajam a um a reflexão que une coisas que parecem ser separadas e que desagrega coisas que parecem estar naturalmente unidas (DAVIS, 2018, p. 99).

E, complementando as ideias de Davis, podemos acompanhar outras autoras (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 651) e afirmar que

As metodologias feministas assumem o caráter intrínseco das abordagens críticas, tendo como objetivo comum a mudança social, o resgate da experiência feminina, o uso de análises e de linguagens não sexistas e o empoderamento dos grupos oprimidos, em especial das mulheres.

Esta abordagem contribuiu para a interpretação das fontes e compreensão das intersecções das identidades e ativismo das mulheres negras brasileiras.

## 2 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO CENÁRIO BRASILEIRO

Este tópico ilustra como as identidades das mulheres negras foram cuidadosamente enquadradas e ordenadas historicamente em um ambiente de violência sexual e opressão de colonizadores, políticos, intelectuais e elites. Trata-se de compreender como as imagens simbólicas relacionadas a grupos de raça, classe e gênero contribuem com a conservação de estruturas de dominação e subordinação. Os estereótipos, consciente ou inconscientemente, prejudicam os julgamentos e comportamentos das pessoas em relação aos outros. Os estereótipos têm uma relação com tomada de decisões (aplicação de políticas públicas, oportunidades de emprego, quem sofrerá assédio, quem sofre com a violência estatal etc.).

A representação das mulheres negras ao longo da história tem afetado os modos como as pessoas negras, bem como a sociedade em geral, valorizam, identificam e idealizam as mulheres negras. Grande parte das concepções existentes acerca da mulher negra emergiram no período escravista no Brasil. As imagens se mantêm na tentativa de conservar as hierarquias e divisões sociais (hooks, 2019, p. 33).

O fato de que o trabalho do negro tenha sido desde os inícios da história econômica, essencial à manutenção do bem-estar das classes dominantes, deu-lhe o papel central na gestação e perpetuação de uma ética conservadora e desigualitária. Os interesses cristalizados produziram convicções escravocratas arraigadas e mantêm estereótipos que ultrapassam os limites do simbólico e têm incidência sobre os demais aspectos das relações sociais (SANTOS, 2000).

À primeira vista, o Brasil parecia evitar uma divisão racial rigorosa como acontecia em instituições escravocratas nos Estados Unidos e em outras colônias, por exemplo. As classificações raciais ainda existiam, porém, eram subjetivas. As categorizações se fundamentam em interpretações casuais de vários aspectos fenotípicos, como a textura do cabelo, traços faciais e tonalidade de pele. Vários rótulos raciais foram adotados para descrever as diferentes nuances de cor da pele. No topo da escala de cores ficaria o branco, passando pelo pardo, até chegar ao preto, situado na base (SKIDMORE, 1991). Essa mentalidade ainda atravessa a sociedade brasileira contemporânea.

Consciente dessas imagens, Lélia González (1982) escreve com relação ao lugar da mulher negra na sociedade brasileira. Aponta para o legado da escravidão e as bases para uma nova condição da mulher. A partir das condições de vida das

mulheres negras escravizadas, González critica diretamente o imaginário social e suas representações da mulher negra, assim como, os grupos feministas e o modo como se utilizavam do discurso da opressão de gênero para oprimir mulheres negras, e o racismo de suas práticas.

Por conta da ideologia da feminilidade do século XIX, em que a figura da mulher branca era associada à docilidade, ao cuidado do lar, à mãe cuidadora etc., as mulheres negras eram postas como um desequilíbrio a essa figura feminina (GONZÁLEZ, 1982). Parte disso pode ser compreendido pelo fato de que essas mulheres também estavam no campo junto com o homem negro, outras serviam de objeto sexual de seus senhores ou serviam na casa-grande. Diante desses elementos, não é possível associar a mulher negra à imagem de uma suposta docilidade da mulher branca, uma vez que, seu corpo estava exposto ao trabalho pesado e às punições, algo incompatível com a fragilidade feminina branca.

As mulheres negras acabavam sofrendo de maneiras diferentes por conta de serem mulheres. Abusos sexuais e outras barbaridades aumentavam o peso das terríveis condições a que estavam submetidas.

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa grande: lavar, passar, cozinhar, tecer, costurar e amamentar as crianças do ventre “livre” das sinhazinhas. E isto sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes (Ibid., p. 93).

A escravidão deixou como herança o racismo como prática social que aproxima ideologicamente as pessoas de pele branca, conservando seus privilégios, ao passo que algo básico como a cidadania ainda é dificultada aos negros e negras. Além disso, foi planejado um modelo de nação que se estruturava no processo de branqueamento, em que se concebia que a miscigenação significava a corrupção, retardando o desenvolvimento do Brasil (GOMES; MADEIRA, 2018, p. 463).

Mesmo com a abolição da escravidão, as imagens pejorativas acerca de pessoas negras não cessaram. Esses grupos ainda estão afastados dos privilégios disponíveis para as pessoas brancas.

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que

mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão (CARNEIRO, 2003a, p. 23).

Outro modo pelo qual a violência contra as mulheres negras se expressa é a maneira como o seu corpo e vivências são percebidos e marginalizados, pois seu corpo é interpretado como um objeto de prazer, tido como um elemento de sedução e erotismo, tendo como única função satisfazer o homem.

Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo sem mente. A aceitação cultural dessas representações continua a informar a maneira como as negras são encaradas. Vistas como símbolo sexual (hooks, 1995, p. 469).

O sistema de exclusão de mulheres negras é apresentado por dois papéis sociais pelos quais essas mulheres seriam marcadas: “domésticas” ou “mulatas”. Quanto à “doméstica”, esta seria a função natural da mulher negra, aquela que cuida da casa dos patrões brancos, a responsável pela limpeza de determinado lugar, sempre em situações de trabalho sem autonomia. Já o termo “mulata” se refere a uma objetificação da mulher negra, transformada em produto para consumo de turistas e do mercado sexual (GONZÁLEZ, 1979, p. 16).

Além disso, as mulheres negras estão sujeitas a manifestações de opressão em espaços diversos, como no ambiente de trabalho, na busca por saúde na rede hospitalar, em meios de comunicação, nos espaços de poder e decisão etc., diversos cenários onde elas ainda são postas em situações de inferiorização.

Apresentamos este breve tópico quanto às imagens da mulher negra para que percebamos a historicidade das imagens em circulação na sociedade atualmente. Fruto da escravidão, a percepção preconceituosa em relação a pessoas negras ainda dificulta as vivências e experiências desse grupo. Desnaturalizar essas imagens contribui para que encaremos a necessidade das organizações feministas.

## **2.1 Definição dos feminismos negros**

O feminismo tem uma dimensão política direta, não apenas ciente da opressão das mulheres, mas pronto para enfrentar as desigualdades sociais em todas as suas



manifestações. Em termos políticos, reiteram que as mulheres se encontram em posições sociais secundárias em comparação com os espaços ocupados pelos homens.

Um ponto a se considerar é a heterogeneidade dos movimentos feministas, por isso “é importante ressaltar que não existe apenas um enfoque feminista: há diversidade quanto às posições ideológicas, abordagens e perspectivas adotadas, assim como há grupos diversos, com posturas e ações diferentes” (RIBEIRO, 2018). A designação “Feminismo Negro” é recente. Todavia, as organizações de mulheres negras em busca de melhores condições de vida e pelo fim da desigualdade podem ser localizadas em determinados momentos da história brasileira (LEMOS, 1997, p. 116).

Em seu artigo “O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso”, Patricia Collins (2017) menciona a feminista teórica e ativista Pearl Cleage a qual define o feminismo como “a crença de que as mulheres são seres humanos plenos, capazes de participação e liderança em toda a gama de atividades humanas – intelectuais, políticas, sociais, sexuais, espirituais e econômicas”. Collins então indica que, em sentido mais amplo, o feminismo é tanto ideologia e movimento político que desafiam o sexismo quanto relações sociais.

Uma parte fundamental da definição do feminismo negro está em compreender que a opressão não pode ser tratada de forma isolada. Posto isso, a opressão, tanto quanto o poder e os privilégios, sempre se articula a outros fatores e, na maioria das vezes, com uma combinação de vários fatores, como raça, gênero, classe ou sexualidade e não podem ser compreendidos separadamente. Sustentamos que “a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira” (CARNEIRO, 2013a, p. 03).

Considerar esses diferentes fatores contribui para que percebamos que um indivíduo com vantagem em um grupo social (como de raça, por exemplo, um indivíduo branco) pode experimentar uma desvantagem em outros (como gênero, sendo mulher). As mulheres negras e as mulheres brancas, desse modo, não compartilham as mesmas experiências, apesar do fato de que são todas as mulheres. A fundamentação do feminismo negro é, portanto, resistir às opressões e combatê-

las conjuntamente, uma vez que é impossível combater o sexismo que se experimenta sem tratar do racismo que o acompanha e talvez até o reverbera (COLLINS, 2019).

O componente-chave do pensamento feminista negro é o fato de que, a fim de contribuir para a teoria não existe a obrigação de ser pertencente ao meio acadêmico. O feminismo negro “envolve a busca de expressão em locais institucionais alternativos e entre as mulheres que não são comumente percebidas como intelectuais” (COLLINS, 2019). A intelectual feminista negra seria definida por sua contribuição à teoria e não por algum nível educacional. Assim, são criadas oportunidades para mulheres negras de diversas origens e profissões para contribuir com seu empoderamento.

As mulheres brancas que dominam o discurso feminista, que, na sua maioria, elaboram ou articulam a teoria feminista, pouco ou nada compreendem da supremacia branca como política racial, do impacto psicológico das classes e do seu estatuto político dentro de um estado racista, sexista e capitalista (hooks, 2015, p. 196).

O feminismo negro instigou os debates acerca do racismo dentro das organizações feministas, algo que não era levado em consideração.

Por aí se vê o quanto as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor, também discriminado, que não se apercebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os velhos mecanismos do ideal de branqueamento, do mito da democracia racial (GONZÁLEZ, 1979, p. 15).

As possibilidades desta vertente do feminismo evidenciavam as manifestações de opressão sofridas pelas mulheres negras causadas por uma tradição e mentalidade racistas absorvidas nas relações sociais, que percebiam as pessoas negras como subalternas. Podemos também inferir que, como a maioria das mulheres negras estavam entre os grupos menos privilegiados, os tratamentos desiguais seriam manifestações das relações de classe assentadas na sociedade (LEMOS, 1997, p. 122).

Como “objetos”, continuamos desiguais, inferiores. Mesmo que elas possam estar sinceramente preocupadas com o racismo, sua metodologia sugere que ainda não estão livres do tipo de paternalismo endêmico à ideologia branca hegemônica. Algumas dessas mulheres se colocam na posição de “autoridades” que devem mediar a comunicação entre mulheres brancas racistas (naturalmente, elas consideram ter resolvido o seu racismo) e mulheres negras raivosas, que elas acreditam ser incapazes de um discurso racional. É claro que o sistema de racismo, classismo e elitismo educacional deve permanecer intacto para que elas preservem suas posições de autoridade (hooks, 2015, p. 205).

### 3 O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO

Embora este tópico se refira principalmente aos movimentos do feminismo negro brasileiro entre as décadas de 1970 e 1980, é importante apontarmos que a emergência de atividades coletivas formais e informais em busca de melhor qualidade de vida para as mulheres negras pode ser rastreada durante outros períodos de tempo (NEPOMUCENO, 2012). Durante a época colonial, as mulheres negras lideraram e participaram de várias manifestações de desafio ao regime escravocrata e patriarcal. Embora estas iniciativas sejam raramente reconhecidas em narrativas ou relatos históricos de resistências negras e feministas, eles continuam a servir como modelos organizacionais e comportamentais significativos para as mulheres negras na mobilização coletiva nos dias atuais (WERNECK, 2007).

Para compreender algumas diferenças entre negros e brancos, observamos que, em 1980, apenas 2,7% da população economicamente ativa de pretos e pardos estavam em posições de liderança. Vale apontar que esse percentual engloba homens e mulheres, sendo que os índices relativos às mulheres devem ser bem inferiores. Em contrapartida, em atividades manuais, as pessoas negras ocupavam 55% dos trabalhos. Em áreas como a construção civil e trabalhos domésticos, por exemplo, a presença da população negra era o dobro da branca. A população branca, em mesmas ocupações, recebia o dobro de valores salariais do que as trabalhadoras e trabalhadores negros (REICHMANN, 1995).

No campo da educação, o quadro de desigualdade racial não era diferente. Baseando-se nos dados do PNAD de 1982, identificamos as diferenças quando os grupos são considerados racialmente. Na faixa etária dos catorze anos, 20,8% dos estudantes brancos, 4,6% dos pretos e 6,1% dos pardos foram aprovados sem nunca ter repetido algum ano letivo. Entre discentes que estavam dois anos atrasados: os brancos (40,8%), negros (77,2%) e pardos (69,3%) (Ibid., p. 502).

Diante de apenas dois setores (educação e emprego), por exemplo, a desigualdade racial atravessa o cotidiano das pessoas, privilegiando uns e prejudicando outros. Desse modo, grupos de mulheres negras começaram a se manifestar para exigir políticas públicas que tratassem dos pontos do racismo e sexismo.

Como em outros países da América Latina, no Brasil, surgiram feminismos contemporâneos no âmbito das lutas democráticas e de resistência contra o regime militar que chegou ao poder com o golpe de 1964.

### **3.1 Movimento Negro Unificado (MNU)**

Em 1978, durante o período ditatorial brasileiro, é organizado em São Paulo, o Movimento Negro Unificado (MNU), como resposta à discriminação sofrida por atletas negros no Clube Tietê e à morte de um homem negro em decorrência de violência policial. A primeira manifestação pública do MNU aconteceu em 07 de julho de 1978, em frente ao Teatro Municipal da capital paulista (RODRIGUES; PRADO, 2010, p. 449).

No primeiro documento produzido pelo MNU, a Carta Convocatória para o Ato Público Contra o Racismo, alguns apontamos são apresentados quanto à atuação do movimento. Entre vários tópicos, destacamos:

[...] A discriminação racial é um fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento da Comunidade Afro-Brasileira, destrói a alma do homem negro e sua capacidade de realização como ser humano. O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado para ser um instrumento de luta da comunidade negra. Este movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todo ato de discriminação racial, a constante organização da comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo [...] (GONZÁLEZ, 1982, p. 43 - 44).

O MNU reivindicava melhorias na qualidade de vida, procurava agir contra demonstrações de racismo, lutava contra o desemprego e denunciava atos de violência provenientes das forças de segurança pública

Para as mulheres negras parecia haver uma maior proximidade com o movimento negro do que com a agenda feminista, uma vez que consideravam a discriminação racial mais dura do que os preconceitos de gênero. Em uma perspectiva feminista negra, elas reconheceram que os homens negros também eram oprimidos e partilhavam de um mesmo objetivo de luta contra a discriminação racial.

Desde sua fundação, as mulheres negras participavam das atividades do MNU. Entretanto, segundo Ratts (2010), para elas a participação no Movimento foi seguida por práticas machistas, como determinações quanto ao que poderia ser dito e defendido. Dessa maneira, uma vez que se tornaram membros da organização, as

mulheres foram gradualmente postas como coadjuvantes, sendo designadas para serviços internos.

A ativista feminista negra Jurema Batista, em entrevista, comenta a respeito da diferença de tratamento em relação às mulheres dentro do Movimento Negro:

Quando falavam assim: “quem vai?” Sempre um indicava o outro que era homem que iria falar e sempre chamavam a gente para secretariar as reuniões e chamavam as mulheres para fazer cartazes e para montar negócio de comida. Sempre era uma coisa de bastidores, “coisa de mulher”: recepção ... Tinha uma relação do que se esperava da mulher na sociedade ... Então a gente tinha que peitar mesmo sob o ponto de vista político na hora de falação, representação (LEMOS, 1997, p. 50).

Assim, na luta por ter direito à igualdade, as mulheres negras foram acusadas de querer dividir o movimento feminista e o movimento negro, “mas a insistência na implantação de uma agenda específica deu destaque à questão racial e permitiu combater, simultaneamente, as desigualdades de gênero” (NEPOMUCENO, 2012).

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2003a).

### **3.2 Organização e atuação de grupos feministas negros**

No final da década de 1970, acontece uma eclosão de coletivos de mulheres as quais combatem a ordem social dominante questionando o lugar das categorias que compõem as hierarquias sociais. Os feminismos desconstruem as estruturas de poder e privilégios que fazem um grupo marcado sexual e racialmente dominante. A primeira divisão formal relacionada com a raça dentro da organização das mulheres ocorreu em 1975, no Congresso das Mulheres Brasileiras, no Rio de Janeiro. Neste espaço, ativistas negras apresentaram o Manifesto das Mulheres Negras, demonstrando as peculiaridades da vivência das mulheres negras. Na mesma apresentação, reiteravam que a unidade entre as mulheres negras e mulheres brancas só poderia ser atingida por intermédio de diálogo deliberado e ação (GONZÁLEZ, 1982; CALDWELL, 2000).

O movimento feminista, durante o regime militar brasileiro de 1964, apesar da repressão e censura, ocupou determinados espaços de reivindicação por igualdade. (PINTO, 2010, p.17). Várias organizações sociais surgiram durante os estágios iniciais da transição do regime ditatorial brasileiro para a democracia. Mulheres, grupos de sem-terra e os pobres urbanos estavam entre os grupos que exigiam uma melhoria das políticas econômicas e sociais, maior transparência nas práticas do governo e o fim das desigualdades (SADER, 1987; HELLMANN, 1995).

Inicialmente, algumas ativistas negras eram integrantes do movimento feminista brasileiro, como Sueli Carneiro, Thereza Santos, Wânia Sant'Anna, Jurema Werneck, entre outras. Com a percepção de que suas demandas não eram abarcadas, contudo, a partir da década de 1980, esse grupo de mulheres começou a criticar o feminismo como estava sendo defendido (DAMASCO, 2009, p. 54).

As feministas negras apontavam para o fato de que a autonomia das mulheres brancas estava diretamente relacionada à subordinação de mulheres negras, e como as mulheres brancas não podiam reconhecer que ser branco em uma sociedade racista garantiria determinados privilégios. As feministas negras compreenderam que a manutenção de um sistema em que o trabalho doméstico era realizado, principalmente, por mulheres negras nas casas de famílias brancas, permitiria às mulheres brancas maior acesso a oportunidades educacionais e profissionais diversificadas (CARNEIRO; SANTOS, 1985).

Enquanto buscavam no feminismo um alívio para o sexismo que encontravam em organizações negras, várias negras brasileiras logo perceberam que a raça provocava uma fissura que impedia a união de negras e brancas numa luta supostamente fraterna por uma causa comum (CALDWELL, 2000, p. 98).

Logo as ativistas negras constataram que resquícios de uma mentalidade colonial de supremacia masculina e branca interditava uma inclusão ampla nos espaços e discursos feministas brasileiros. Uma das poucas mulheres de destaque no Movimento Negro Unificado (MNU), Leila Gonzalez, aponta para a desigualdade no tratamento dos problemas de mulheres negras no movimento feminista.

O atraso político dos movimentos feministas brasileiros é flagrante, na medida em que são liderados por mulheres brancas de classe média. Também aqui se pode perceber a necessidade de denegação do racismo. O discurso é predominantemente de esquerda, de ênfase da importância da luta junto ao empresariado, de denúncias e reivindicações específicas. Todavia, é impressionante o silêncio com relação à discriminação racial. Aqui também

se percebe a necessidade de tirar de cena a questão crucial: a libertação da mulher branca se tem feito às custas da exploração da mulher negra (GONZÁLEZ, 1979, p. 15).

Esta declaração revela como, mesmo as mulheres em papel de liderança, os movimentos negro e feminista não estavam dispostos a ir de encontro às opressões sofridas pelas mulheres negras e ao silenciamento a que estavam sujeitas. Como resultado, as mulheres negras não conseguiam espaço nessas organizações.

Dada a invisibilidade das questões raciais dentro do movimento feminista, e a cegueira para relações de gênero no movimento negro, as feministas negras se colocaram no lugar de desnaturalizar a discriminação contra elas dentro dessas organizações. Conforme explica Sueli Carneiro, as mulheres negras tiveram que “enegrecer” o movimento feminista e “sexualizar” o movimento negro.

Enegrecer o feminismo é a expressão que viemos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil (CARNEIRO, 2003a, p. 118).

Com esse gesto, buscavam incentivar uma organização onde houvesse uma afirmação da diversidade de ideias e de práticas políticas, ao mesmo tempo em que criavam um espaço para si reiterando políticas de igualdade fora dos movimentos feminista e negro estabelecidos.

Uma característica do feminismo negro brasileiro é que ao planejar a atuação do movimento, a fim de atingir a emancipação das mulheres, precisou encarar o preconceito presente em outros grupos sociais. Nesse sentido, Soares (1994, p. 20 - 21) faz o seguinte apontamento:

As mulheres negras, ao criarem suas formas próprias de organização, seus próprios encontros etc., se constituíram numa outra vertente do movimento de mulheres, e têm mantido uma relação educativa com o feminismo ao iluminarem as questões da diferença e igualdade entre as mulheres negras e brancas e ao introduzirem a necessidade concreta de se utilizar também a categoria raça, além do gênero, para uma compreensão mais concreta da realidade de exclusão das mulheres.

Diante da discriminação de gênero por parte dos homens negros e do preconceito racial de mulheres brancas, as ativistas negras tinham duas escolhas: poderiam continuar nas respectivas organizações daqueles grupos (negros e feministas brancas) e tentar orientar o homem negro e a mulher branca acerca das opressões sofridas pelo grupo de mulheres negras, ou elas poderiam formar um movimento fundamentado na compreensão dessas opressões. A primeira alternativa, parece-nos, não seria um caminho viável. Embora seja verdade que todos devam ter consciência dos efeitos do sexismo e de racismo na vida das mulheres negras, não era exclusividade dessas ativistas assumir uma função pedagógica.

Mulheres de hoje ainda são chamadas a se estenderem através do vão da ignorância masculina e educarem os homens sobre nossa existência e nossas necessidades. Esta é uma ferramenta antiga e primária de todos os opressores para manter pessoas oprimidas ocupadas com as preocupações do mestre. Agora nós ouvimos que é tarefa de mulheres negras educarem mulheres brancas — em face de tremenda resistência — sobre nossa existência, nossas diferenças, nossos papéis relativos em nossa sobrevivência conjunta. Isto é um desvio de energias e uma repetição trágica de pensamento racista e patriarcal (LORDE, 1981, *online*).

Lélia Gonzalez enfatizava com veemência a indiferença do movimento feminista perante a problemática racial.

Gostaríamos de chamar atenção para a maneira como a mulher negra é praticamente excluída dos textos e do discurso do movimento feminino no país. A maioria dos textos, apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida, assim como da situação das mulheres das camadas mais pobres etc., não atentam para o fato da opressão racial. As categorias utilizadas são exatamente aquelas que neutralizam o problema da discriminação racial e, conseqüentemente, o do confinamento a que a comunidade negra está reduzida. A nosso ver, as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor que, também discriminado, não percebe que, no seu próprio discurso, estão presentes os mecanismos de ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial (GONZALEZ, 1982, p. 100-101).

A alegada igualdade defendida por movimentos negros e feministas fomentou as lutas das mulheres negras por questões relacionadas a sua cor e gênero, criando rupturas nas configurações com as quais essas organizações se identificavam durante as décadas de 1970 e 1980. Em busca de melhor representação política, as ativistas negras começaram a organizar grupos que atendessem a suas demandas.



Entre as realizações dos movimentos feministas negros, podemos apontar para “o reconhecimento do racismo e discriminação social, como fator de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil” (CARNEIRO, 2003b, p. 129), o que nos leva a outra questão que é “o reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza” (Ibid., 129). Esses apontamentos feitos por Sueli Carneiro nos permitem refletir a respeito do fato de que a pobreza, a desigualdade, a violência possuem recorte racial, de gênero e social. Os movimentos feministas negros, em suas mobilizações, desconstruem os mitos de uma “democracia racial” e apontam para os privilégios herdados pelas populações brancas em detrimento da violência e miséria de pessoas negras.

Em 1983, foi organizado, no Rio de Janeiro, o Nzinga, um dos mais conhecidos grupos de mulheres negras. Teve entre seus participantes a militante negra Lélia González. As ativistas buscavam combater o machismo e o sexismo, considerando as contestações das mulheres negras.

Em entrevista, Jurema Batista comenta com relação ao início da atuação do Nzinga:

O NZINGA deu visibilidade ao movimento de mulheres negras, que é anterior à Bertioga, engraçado, né? não era uma coisa organizada assim: “a partir de hoje tem o movimento de mulheres negras”, mas era aquela coisa de gente ir para rua, eu, você, Mira, Lélia, ... deu uma visibilidade (LEMOS, 1997, p. 75).

Uma outra organização feminista negra criada foi o Geledés, em 1988. A organização focou sua atuação nas reivindicações por pelos direitos das mulheres negras e na denúncia e combate à discriminação. Atualmente, no Brasil, é um dos maiores coletivos de mulheres negras voltado ao empoderamento das mulheres e negros.

Geledés foi criado para enfrentar esse impasse, da gente afirmar uma especificidade derivada da múltipla contradição que estão entorno ao corpo feminino negro ... O Geledés traz a questão da saúde como uma questão essencial da luta negra e que era um tema ausente no movimento negro. Direitos Humanos era um tema que prescindia o tema racial e nós nascemos com essa questão como essencial (ZAMBRANO, 2017, p. 90).

As áreas em que mais atuam em suas reivindicações políticas e sociais são as questões raciais e de gênero, as articulações desses marcadores sociais com os direitos humanos; o direito à educação, à saúde e à comunicação; o acesso ao mercado de trabalho.

Essas e outras organizações compostas por mulheres negras brasileiras trazem para o debate social propostas de mudança em diferentes segmentos da sociedade e localidades do país.

Durante a década de 1980, a atuação consistente de ativistas para igualdade de gênero em nome da transição democrática do Brasil levou à organização de políticas e iniciativas públicas a favor dos direitos das mulheres.

Durante as eleições diretas, em 1982, as ativistas feministas se empenharam na defesa da cidadania e da efetivação de políticas públicas direcionadas às mulheres. No ano seguinte, começaram a ser organizados os Conselhos Estaduais da Condição Feminina. Em 1985, formou-se o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), com a finalidade de “promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país” (CNDM, s.d.).

Com a visibilidade das questões negras durante o centenário da abolição da escravidão, em 1988, o deputado federal Carlos Alberto Caó (PDT), apresentou uma emenda constitucional, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, que declarava a prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível no território brasileiro (DAMASCO, 2009, p. 63 - 64).

### **3.4 A marcha das mulheres negras (2015) e o papel da mulher negra**

Em 2015, a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver ganhou visibilidade em âmbito nacional mediante o apoio de diferentes organizações, focando na atuação coletiva, na ação política e na possibilidade de conseguir a locomoção das mulheres para Brasília, onde ocorreria a marcha.

Neste tópico, reunimos as demandas da Marcha e a situação atual em que vivem as mulheres negras brasileiras. Percebemos, desse modo, que a luta não é uma atividade abstrata, mas focada na realidade material das mulheres e na desigualdade por que passam.

A ocupação das ruas de Brasília – DF por mais de 50 mil mulheres negras significou denunciar o racismo, o genocídio da população negra, romper com os estereótipos de não ser padrão de beleza, denunciar a exclusão, a pobreza, o feminicídio, a violência, significou romper com as cortinas do passado, com o ranço da escravidão, ainda presentes no cotidiano das

mulheres negras, independente da posição social que ocupem na sociedade brasileira (AMNB, s.d., p. 04).

As reivindicações da Marcha das Mulheres Negras foram apresentadas na “Carta das Mulheres Negras”, publicada em 2015.

Na condição de protagonistas, oferecemos ao Estado e à Sociedade brasileiros nossas experiências como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica de vida e ação política, que só é possível por meio da superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de discriminação, responsáveis pela negação da humanidade de mulheres e homens negros (Ibid., p. 163).

Para lutar pelo direito de ter qualidade de vida, de ter acessos aos meios de ascender socialmente e do fim da discriminação, é necessário que as reivindicações, as propostas políticas se direcionem para a vivência das mulheres negras, combatendo o “racismo patriarcal heteronormativo, ao racismo institucional e seus impactos sociais, econômicos e psíquicos na vida das mulheres e meninas negras” (Ibid., p.05).

### **3.4.1 Pobreza**

O tratamento discriminatório de raça e gênero concebem experiências distintas quando atravessado por questões de classe (SILVA, 2013, p. 109) Apesar de seu relativo sucesso na redução da desigualdade econômica, a divisão racial brasileira ainda é relevante. As pessoas negras estão abaixo das pessoas brancas em todos os indicadores sociais. As taxas de pobreza entre as populações negras são o dobro dos índices entre as pessoas brancas.

A Marcha das Mulheres Negras, em 2015, denunciava uma concentração de poder baseada na raça e gênero. Em um dos tópicos da Carta publicada pela organização da Marcha, observamos o seguinte:

Consideramos que, mesmo diante de um quadro de mobilidade social pela via do consumo, percebido nos últimos anos, as estruturas de desigualdade de raça e de gênero mantêm-se por meio da concentração de poder racial, patriarcal e sexista, alijando a nós, mulheres negras, das possibilidades de desenvolvimento e disputa de espaços como deveria ser a máxima de uma sociedade justa, democrática e solidária (AMNB, s.d., p. 166).

Essa “mobilidade social via consumo” não foi suficiente para esfacelar as desigualdades, pois esse sistema se move dentro de uma estrutura de produção capitalista. Este é gerador e mantenedor de desigualdades sociais. Para ele, as feministas negras apontam quando criticam a “estrutura de desigualdade”. As mulheres negras experienciam modos de opressão relativos a sua condição enquanto mulheres inseridas no capitalismo (DAVIS, 2018).

Abaixo, apresentamos uma tabela com os valores percentuais de mulheres (brancas e negras) em situação de pobreza. A tabela traz os dados referentes a três anos dentro de um recorte de vinte anos.

Tabela 1 - Situação de pobreza de acordo com o Programa Brasil Sem Miséria – Brasil (1995, 2005 e 2015)

Situação / Ano	MULHERES BRANCAS			MULHERES NEGRAS		
	1995	2005	2015	1995	2005	2015
<b>Extremamente pobres</b>	4,0	2,9	1,6	11,8	7,4	3,7
<b>Pobres</b>	7,9	6,0	2,0	18,7	15,1	5,5
<b>Vulneráveis</b>	53,1	53,5	42,9	57,6	63,3	62,0
<b>Não pobres</b>	35,0	37,5	53,5	11,9	14,3	28,8

Fonte: Ipea, 2015

Em 2015, a avaliação do Ipea foi a seguinte: extremamente pobres (renda domiciliar per capita de até R\$77); pobres (entre R\$ 77 e R\$ 154); vulneráveis (entre R\$ 154 e R\$788); não pobres (maior ou igual a R\$788, que era o valor do salário mínimo).

Vale apontar que, no recorte de tempo apresentado, os índices da participação das mulheres negras nas camadas inferiores da distribuição (pobre e extremamente pobres) mantêm o padrão de serem mais do que dobro da presença das mulheres brancas.

Os dados, em 2015, no que tange às mulheres negras, apresentam mudanças entre o grupo com renda igual ou superior a um salário mínimo *per capita* (não pobres). As mulheres negras representam o principal grupo em situação de pobreza. Apenas

28,8% das mulheres negras se situavam entre os não pobres, enquanto que 53,5% das mulheres brancas, 53,8% dos homens brancos e 31,1% dos homens negros estavam na mesma condição (IPEA, 2015).

Não obstante tenha aumentado, entre 1995 e 2015, em cerca de 140%, a proporção de mulheres negras situada entre os não pobres (28,8%, em 2015), ainda não atingiu a mesma colocação que as mulheres brancas logravam em 1995, quando 35% já encontravam-se neste nível de rendimentos.

A presença de mulheres negras entre os grupos mais pobres é resultado de um processo histórico de manutenção e produção de desigualdades sociais. Além disso, o nível de pobreza de mulheres negras está intrinsecamente ligado às oportunidades de trabalho disponibilizadas a esse grupo.

### **3.4.2 Trabalho**

O mercado de trabalho sempre foi um espaço central para reproduzir as desigualdades sociais de gênero e raça, bem como um campo para promover a mudança social. Este ponto também foi lembrado na Marcha das Mulheres Negras, em 2015. As feministas negras procuravam:

Garantir a oportunidade e acesso a postos de trabalho e emprego, com remuneração justa e adequada, tendo como parâmetro a equidade racial, étnica, de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geração, deficiências, de condição física e mental para o acesso e permanência nos postos de trabalho (AMNB, s.d., p. 163).

Podemos identificar uma hierarquização entre homens e mulheres, em que as mulheres se situam abaixo do homem. E quando se observa a posição das mulheres negras, elas ainda são mais inferiorizadas nessa hierarquia. Esse aspecto social é algo engendrado historicamente e emergiu no patriarcalismo, naturalizando a precarização e desvalorização do trabalho das mulheres, principalmente das mulheres negras.

Em relação às taxas de desocupação entre os grupos, o Ipea apontou o seguinte:

Em 2015, a taxa de desocupação feminina era de 11,6% — enquanto a dos homens foi de 7,8%. No caso das mulheres negras, a proporção chegou a 13,3% (a dos homens negros, 8,5%). Os maiores patamares encontram-se entre as mulheres negras com ensino médio completo ou incompleto (9 a 11

anos de estudo): neste grupo, a taxa de desocupação em 2015 foi de 17,4% (Ipea, 2017, p. 02).

Entre a população ocupada, o Ipea apresenta alguns dados. Na tabela abaixo, destacamos a média nacional e os percentuais referentes às mulheres negras em um intervalo de vinte anos, divididas por ocupação.

Tabela 2 - População ocupada: média nacional e percentual entre as mulheres negras (1995 e 2015).

Ano / Ocupação	MÉDIA NACIONAL		MULHERES NEGRAS	
	1995	2015	1995	2015
<b>Funcionário Público/Militar</b>	7,1	7,7	7,8	9,1
<b>Empregado com Carteira Assinada</b>	30,0	39,0	18,7	31,4
<b>Empregado sem Carteira Assinada</b>	15,9	13,9	10,4	11,8
<b>Conta Própria</b>	23,8	23,0	18,2	18,1
<b>Empregador</b>	4,1	3,7	0,9	1,3
<b>Empregado Doméstico</b>	7,3	6,6	22,1	18,0
<b>Outros</b>	11,8	5,9	21,9	10,2
<b>Total</b>	100	100	100	100

Fonte: Ipea (2015)

Além das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, a desigualdade reverbera no preenchimento de posições de menor remuneração quando comparadas às médias nacionais. Entre as mulheres negras, em 2015, 18% ocupavam uma posição de trabalho doméstico (a média nacional era de 6,6%) e apresentavam a menor presença entre os empregadores.

O ponto relativo a funcionários públicos e militares, em 2015, apresenta a mulher negra com 9,1% de ocupação nesse setor (média nacional, 7,7%). Interessante apontar que nesse recorte estão incluídos desde diplomatas (área

ocupada por 94,1% de pessoas brancas e apenas 5,9% de pessoas negras, em 2012), auditores fiscais (87,7% de pessoas brancas e 12,3% de pessoas negras) e cargos com menores remunerações. Os cargos com altas remunerações ainda continuam a ser, principalmente, ocupados por pessoas brancas (SILVA; SILVA, 2014).

Abaixo, destacamos a taxa de desocupação entre os grupos por raça e gênero, entre 1995 e 2015. Podemos constatar que os valores referentes às mulheres negras sempre foram os mais elevados.

Tabela 3 - Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade (1995, 2005 e 2015)

Ano / Gênero / raça	Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra
1995	4,6	5,4	6,4	7,9
2005	6,1	7,7	10,4	13,7
2015	6,8	8,5	9,6	13,3

Fonte: Ipea (2015)

Com os dados apresentados, reiteramos que o problema da empregabilidade atinge às mulheres negras em mais uma demonstração da desigualdade a que este grupo está suscetível. Diante desse quadro, as reivindicações da Marcha das Mulheres Negras, em 2015, também se dirigiram para essa questão.

### 3.4.3 Violência

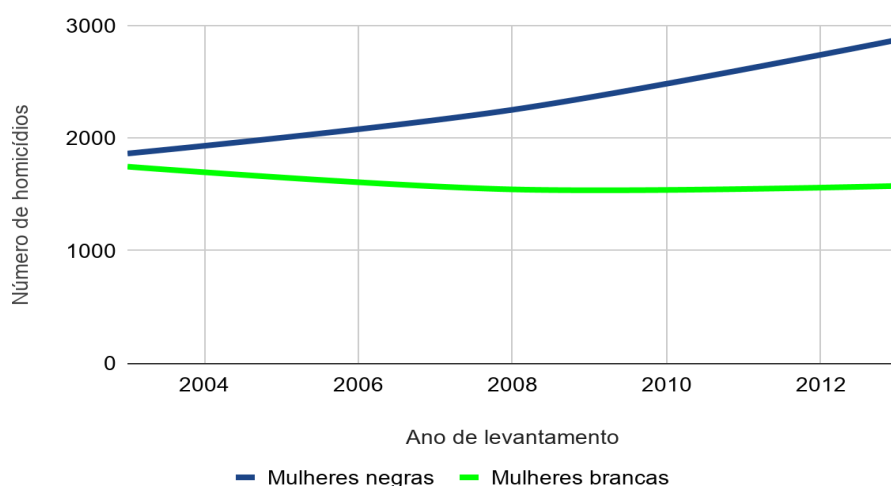
Os marcadores sociais de gênero e raça são indispensáveis para compreendermos a violência contra a mulher negra, que podemos considerar como mais um efeito da produção e reprodução da desigualdade que atravessa a sociedade brasileira. Muitas mulheres negras experimentam ameaças a sua segurança. Estas incluem a violência vinda de familiares, desconhecidos e policiais, podendo ser física, psicológica ou sexual.

O problema da violência racial esteve entre as pautas das mulheres negras durante a Marcha, em 2015. Na Carta publicada pela organização, encontramos que

uma das demandas era “promover campanhas articuladas entre os órgãos públicos e privados contra a violência racial, levando as demandas da população negra, em especial, das mulheres negras” (AMNB, s.d., p. 168).

No gráfico abaixo, apresentamos dados quanto à vitimização de mulheres (brancas e negras).

Gráfico 1 - Homicídios de mulheres negras e brancas (2003 - 2013)



Fonte: Waiselfisz (2015)

Como podemos observar, o número de homicídios de mulheres brancas apresenta uma redução de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013. Esse número indica uma queda de 9,8% no total de homicídios naquele intervalo de tempo. Em contrapartida, os homicídios de mulheres negras subiram 54,2% em dez anos (2003 - 2013), passando de 1.864 para 2.875 vítimas.

A maioria dos homicídios contra as mulheres é perpetrado com a utilização de armas de fogo (48,8%), e menos de 10% dos crimes chegam a ser julgados. Além desses números, ainda existe a violência que não leva à morte da vítima, entretanto, atinge às mulheres negras.

De acordo com o Mapa da Violência, publicado em 2015, entre os homicídios femininos, 31,2% acontecem na rua; a residência da vítima é, também, um local onde acontecem esses crimes (27,1%), o que mostra a alta domesticidade dos homicídios de mulheres. Entre os homicídios masculinos, apenas 10,1% acontecem no domicílio da vítima, por exemplo (WAISELFISZ, 2015, p. 39).



O Congresso brasileiro aprovou, em 2015, a Lei 13.104, a respeito de feminicídios, que salienta os homicídios de mulheres no tocante às desigualdades de gênero. As leis e políticas públicas, entretanto, ignoram os crimes incitados pelo racismo e as dificuldades da violência encaradas pelas mulheres negras (AMNB, s.d., p.15).

O número de feminicídios no estado da Paraíba cresceu aproximadamente 229,2% por 100 mil habitantes, entre 2003 e 2013, segundo dados do Mapa da Violência (2015), marcando o segundo maior índice entre os estados brasileiros, atrás apenas do estado de Roraima, que atingiu um crescimento de 343,9% no número de homicídios contra mulheres a cada 100 mil habitantes. A média nacional foi um crescimento de 12,5% desses crimes a cada 100 mil habitantes. Na marcha das Mulheres Negras, a Carta da Paraíba (Anexo A) reconhece o aspecto racial e de gênero na vitimização da violência contra mulheres no estado e conclama para que medidas sejam efetivamente realizadas para a redução desse índice alarmante.

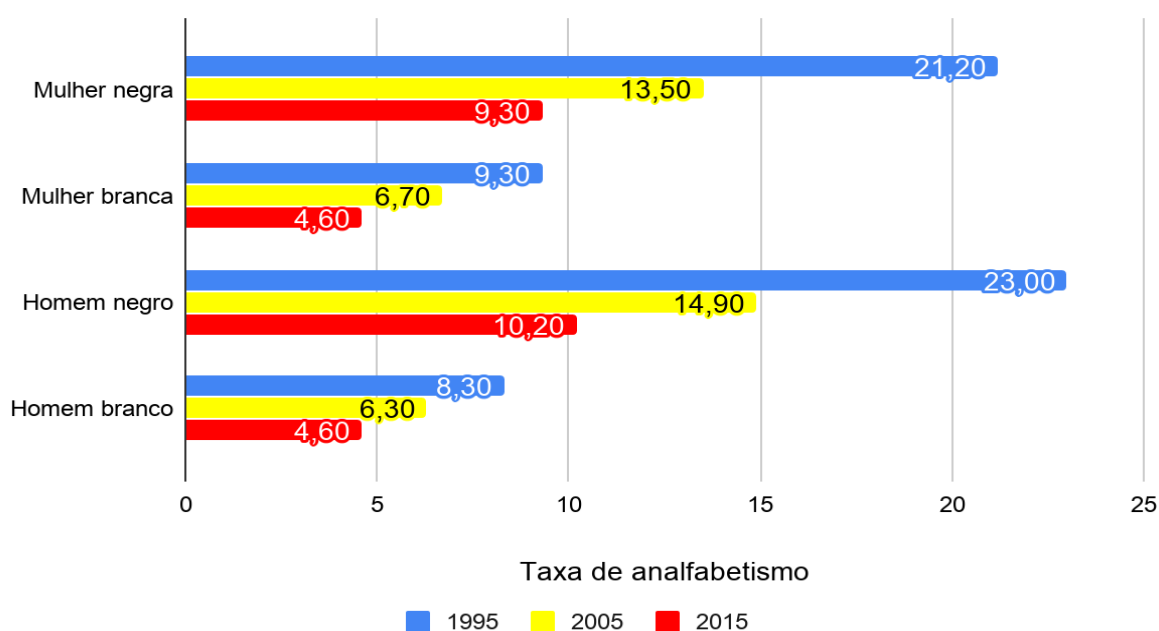
### **3.4.5 Educação**

Os indicadores relativos à educação revelam as desigualdades pelas quais as pessoas negras passam e que serão reproduzidas e refletirão no mercado de trabalho. Em relação à temática da educação nas experiências das pessoas negras, a Carta publicada pelas ativistas negras apresenta o seguinte: “Fortalecer políticas públicas voltadas para a redução da evasão escolar, defasagem idade-série dos alunos pertencentes aos grupos étnicos e raciais discriminado” (AMNB, s.d., p. 167).

As taxas de analfabetismo têm apresentando uma redução percentual no Brasil ao longo das últimas décadas, contudo, alguns grupos sociais ainda trazem mostras de desigualdade nesse quesito, embora todos os grupos tenham melhorado seu desempenho. Em 2015, entre as mulheres brancas com mais de dez anos, 4,6% eram analfabetas; ao observarmos entre as mulheres negras, este número era mais do que o dobro, 9,3%.

No gráfico abaixo, podemos observar as taxas de analfabetismo com um recorte racial e de gênero em três momentos (1995, 2005 e 2015):

Gráfico 2 - Taxas de analfabetismo (1995, 2005 e 2015)



Fonte: Ipea (2015)

Todas as taxas de analfabetismo da população negra foram superiores quando comparadas às taxas de homens e mulheres brancos. Mesmo a mais baixa taxa de analfabetismo entre mulheres negras (9,3%, em 2015) ainda é maior do que a taxa mais alta entre os homens brancos (8,3%, em 1995). Interessante notar que em 2015, as mulheres negras marcam 9,3% de analfabetismo, a mesma marca que as mulheres brancas apresentavam em 1995.

Abaixo, organizamos uma tabela comparativa com relação à taxa de escolarização (1995 e 2015) entre homens (negros e brancos) e mulheres (negras e brancas). Os valores retratados nas taxas de escolarização líquida demonstram a proporção da população matriculada no ciclo de ensino julgado apropriado de acordo com a faixa etária. Até 2006, foram separadas desta maneira: educação básica (0 a 6 anos); ensino fundamental (07 a 14 anos); ensino médio (15 a 17 anos) e ensino superior (18 a 24 anos). A partir de 2007, as faixas etárias da educação básica e ensino fundamental tiveram uma mudança devido a Lei nº 11.274/2006. A educação básica (0 a 5 anos) e ensino fundamental (6 a 14 anos).

Tabela 4 - Taxa de escolarização líquida (1995 e 2015)

Ciclo / Ano	Homem branco		Homem negro		Mulher branca		Mulher negra	
	1995	2015	1995	2015	1995	2015	1995	2015
<b>Educação Infantil</b>	28,4	54,3	25,6	51,6	29,3	54,8	26,5	53,1
<b>Ensino Fundamental</b>	89,6	96,7	79,2	96,5	90,7	96,8	82,6	96,1
<b>Ensino Médio</b>	27,8	59,9	9,2	47,2	36,5	69,3	14,9	57,1
<b>Ensino Superior</b>	8,2	21,7	1,6	10,3	9,9	28,1	2,4	15,0

Fonte: Ipea (2015)

No intervalo de 1995 a 2015, o percentual de mulheres negras matriculado no nível médio passa de 14,9%, em 1995, para 57,1%, em 2015. Nesse mesmo período, observamos um aumento percentual no número de matrículas de mulheres negras no ensino superior. Essa transformação quantitativa no ensino superior pode ser resultado de políticas públicas, como as cotas raciais. Estas são uma importante conquista dos movimentos negros na luta pela democratização do acesso à universidade pública.

No que tange ao ensino superior, entre 1995 e 2015, houve um crescimento de 525% no número de matrículas entre as mulheres negras na faixa etária de 18 aos 24 anos. No entanto, suas taxas de graduação continuam inferiores às taxas das mulheres brancas, por exemplo.

Esse aumento está, em parte, relacionado à adoção, desde 2001, de políticas públicas que contemplam a implantação de cotas no ensino superior para estudantes negros e oriundos de escolas públicas. Nos primeiros anos deste século, o número de estudantes negros e negras em cursos superiores dobrou em relação aos números registrados nas três últimas décadas do século XX (NEPOMUCENO, 2012).

A desigualdade na educação aumenta a invisibilidade das mulheres negras e estimulam as reivindicações pelo direito às mesmas oportunidades que outros grupos. Como visto, os índices educacionais da população negra ainda estão aquém dos números das pessoas brancas.

Neste tópico do trabalho, apresentamos algumas reivindicações das feministas negras, fundamentando isso a partir de dados do próprio poder público. Este, apesar das demonstrações estatísticas, ainda não conseguiu reduzir a desigualdade na educação e no acesso ao mercado de trabalho. Os índices de pobreza expressam a diferença social quando se comparada raça e gênero no país. Feito semelhante ao número de vítimas de homicídios.

A Marcha das Mulheres Negras, em 2015, deu visibilidade a muitas dessas questões. Luíza Barros, ex-Ministra da Promoção da igualdade racial, quanto a esse aspecto, afirma que “não tem mais como você pensar o país desconsiderando a população negra, que é a maioria da população. Desconsiderando a mulher negra. Sem isso você não estaria fazendo nada, não estaria pensando nada. E a Marcha está dizendo isso” (AMNB, s.d., p. 15).

## 4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa começou por compreender a interseccionalidade entre raça e gênero e as representações sociais da imagem da mulher negra. Este início foi propositadamente realizado para possibilitar uma interpretação coerente acerca da emergência e importância da atuação de organizações negras feministas. Os movimentos negros feministas nas últimas décadas têm chamado a atenção para a articulação entre raça, gênero e classe na estruturação de relações sociais e construção identitária.

Problemas raciais no Brasil são desdobramentos de várias gerações de políticas sociais e econômicas de exclusão, impactando negativamente na vida de pessoas negras em situações urbanas e rurais.

Observamos, que durante a década de 1980, diversas iniciativas de mulheres negras foram desenvolvidas, mostrando uma outra possibilidade ao feminismo branco e de classe média, mais ampla, já que buscava agregar todas as mulheres, sem levar em consideração sua origem racial e social. Um novo quadro explicativo, tendo como base o feminismo negro, mobiliza organizações sociais. Uma vez que as teorias apresentadas até aquele momento só ofereciam respostas parciais às questões da população negra.

As feministas brancas combatiam, por exemplo, em uma luta contra a desigualdade de gênero, não considerando a opressão racial. As discussões com relação às dimensões do racismo de gênero foram muitas vezes negligenciadas.

Na leitura da história das mulheres negras e dos feminismos negros, verificamos que existe uma continuidade de muitas das demandas feitas na década de 1970 e 1980 referentes à população negra e àquelas feitas atualmente. No século XXI, novos pontos passam a ser considerados pelo feminismo negro, somando-se às reivindicações feitas desde o início das organizações, como o combate à lgbtfobia, aos preconceitos regionais e religiosos.

As motivações e estratégias das ativistas negras como apresentadas ao longo do texto são uma demonstração de que essas mulheres buscam seu espaço, reivindicam seus direitos e lutam para desnaturalizar as formas de opressões sofridas em seu cotidiano.

A Marcha das Mulheres Negras, realizada em 2015, serviu para mostrar à sociedade patriarcal, racista e machista que as mulheres não se contentam com a

atual situação em que vivem. Suas reivindicações transitam por demandas na área da educação, emprego, segurança e economia. Os indicadores sociais apresentados neste artigo apontam para a urgência de outras políticas públicas e para a continuidade das reivindicações do feminismo negro, com o propósito transformar positivamente a qualidade de vida das mulheres negras no país.

## REFERÊNCIAS

- AMNB - Articulação de Mulheres Negras Brasileiras. **Marcha das mulheres negras**. s.d. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>> Acesso em 26 out. 2019.
- CALDWELL, K. L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 91-108, 2000.
- CARNEIRO, S.; SANTOS, T. **Mulher Negra**. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2003a. Disponível em <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod\\_resource/content/0/Carneiro\\_Feminismo%20negro.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf)> Acesso em out. 2019.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003b.
- CARNEIRO, Sueli; COSTA, Albertina G.O.; SANTOS, Thereza. **Mulher Negra/Política Governamental da Mulher**. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. S.d. Disponível em <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/cndm> Acesso em 25 out. 2019.
- COLLINS, P. H. **Fighting Words**: black women and the search for social justice. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com o outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n° 1, Florianópolis, jan/abril, 2016.
- COLLINS, P. H. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. **Cadernos Pagu**, 51, 2017. p. 1-24.
- COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**. Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento. Tradução de Jamille P. Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CRENSHAW, K. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. **Revista Subjetiva**. 2017. Disponível em [https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-18324d40ad1f#\\_ftn15](https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-18324d40ad1f#_ftn15) Acesso em 12 out. 2019.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Estudos Feministas**. nº 10. São Paulo, 2002.

CRESWELL, J.; CLARK, V. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

DAMASCO, M. **Feminismo negro**: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996). Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

DAVIS, A. **Mulher, classe e raça**. Tradução de Heci R. Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. Tradução de Heci R. Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

FREIRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Recife: Governo do Estado, Imprensa Oficial, 1966.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, D.; MADEIRA, Z. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**., São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018.

GONZÁLEZ, L. **Cultura, etnicidade e trabalho**: efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no VIII Encontro Nacional da Latin American Studies Association. 1979. Disponível em [https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura\\_etnicidade\\_e\\_trabalho.pdf](https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura_etnicidade_e_trabalho.pdf)

GONZÁLEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, M. (Org.). **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982. p. 87 - 106.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZÁLEZ, L. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Isis Internacional, Santiago, v. IX, 1988.

HELLMANN, M. **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

hooks, b. Intelectuais Negras. In: **Revista Estudos Feministas**, v.3, nº 2, 1995.

hooks, b. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.



hooks, b. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Editora Elefante, 2019. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **Atlas da Violência 2018**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/9/atlas-2018>>. Acesso em: 18 out. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **Indicadores**. 2015. Disponível em < <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html> > Acesso em 23 out. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **Retrato das desigualdades de gênero e raça — 1995-2015**. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2019.

LEMOS, R. **Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Psicologia da UFRJ. Rio de Janeiro, 1997.

LEMOS, R. Mulheres Negras marcham em 2015 pelo bem viver. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 17, n. 36, p. 207-224, jan./jun. 2015. Disponível em: <[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/13423](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13423)>. Acesso em: 10 out. 2019.

LIMA, M.; RIOS, F.; FRANÇA, D. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: MARCONDES, M. et al. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

LORDE, A. **Mulheres negras: As ferramentas do mestre nunca irão desmantelar a casa do mestre**. 1981. Disponível em < <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-do-mestre/> > Acesso em 21 out. 2019.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **III Seminário Nacional Relações Raciais e Educação**. Rio de Janeiro: PENESB, 2003.

MUNANGA, K. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. In: **Estudos Avançados**. vol. 18, nº 50, São Paulo, jan./apr. 2004.

NARVAZ, M.; KOLLER, S. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

NEPOMUCENO, B. Mulheres Negras: protagonismo ignorado. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **2011: Ano Internacional das e dos Afrodescendentes**. ONU: 2011. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002140/214060por.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2019.

PINTO, C. R. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, C. R. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RATTS, A. **As amefricanas**: mulheres negras e o feminismo na trajetória de Lélia Gonzalez. Seminário Internacional Desfazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Anais eletrônicos. Florianópolis, 2010.

REICHMANN, R. Mulher Negra Brasileira: um retrato. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: IFCS, UFERJ - PPCIS/UERJ, 1995.

RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**. v. 3, n. 2, 1995.

RIBEIRO, M. O feminismo em novas rotas e visões. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n.3, 2006.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, C.; PRADO, M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicol. Soc.** 2010, vol.22, n.3, pp.445-456.

SADER, E. (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SANTOS, M. **Ser negro no Brasil Hoje**. 07 de maio de 2000. Folha de São Paulo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm>. Acesso em 22 out. 2019.

SCHUMACHER, S.; VITAL BRASIL, É. **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SILVA, T. D. Mulheres Negras, Pobreza e Desigualdades de Renda. In: MARCONDES, M. et al. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. p. 109-132.

SILVA, T; SILVA, J. **Reserva de vagas para negros em concursos públicos**: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013. Nota técnica. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em < [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/140211\\_notatecnica\\_disoc17.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140211_notatecnica_disoc17.pdf) > Acesso em 30 out. 2019.

SKIDMORE, T. Fato e mito: descobrindo um problema racial no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 79, pp. 5-15, 1991.

SOARES, V. Movimentos feministas: paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas Especial**, Florianópolis, 1994, pp.11-24.

STARLING, H.; SCHWARCZ, L. Lendo canções e arriscando um refrão. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 210-233, dez./fev. 2005-2006.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015 homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, 2015 Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)> Acesso em: 25 out. 2019.

WERNECK, J. Of lalodes and Feminists: reflections on black women's political action in Latin American and the Caribbean. **Cultural Dynamics**, 19 (March): 99-113. 2007.

ZAMBRANO, C. **Mulheres negras em movimento**: Ativismo transnacional na América Latina (1980-1995). Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo, 2017.

## ANEXO A – CARTA DAS MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA

### MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015 – “CARTA DA PARAÍBA”<sup>1</sup>

Nós, mulheres negras do estado da Paraíba, no I Encontro Estadual de Mulheres Negras da Paraíba, realizado no período de 31 de julho a 2 de agosto de 2015, na capital João Pessoa, reafirmamos o nosso compromisso com a **Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver/2015**<sup>2</sup>, compreendendo que esta é uma importante estratégia coletiva de enfrentamento ao racismo e ao sexismo e de fortalecimento da organização política das mulheres negras em todo o Brasil.

Manifestamos nossa indignação e repúdio a todas as faces do racismo em nossa sociedade, que relega a população negra a um lugar de segunda classe no acesso aos direitos humanos e aos bens comuns. Nós nos manifestamos contra o racismo patriarcal, institucional e ambiental, que estrutura as desigualdades em nossa sociedade, praticado por uma elite masculina, branca, neoliberal, fundamentalista e LBTfóbica, que tem como estratégia, a desvalorização e a invisibilidade da contribuição da população negra para a formação do povo brasileiro.

Desde 2014, a **Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver/2015** vem sendo mobilizada em nosso Estado, com ações diversas, em diversas cidades, envolvendo mulheres negras com características geracionais diversas, com deficiências e de diferentes segmentos, como quilombolas, de terreiro, lideranças religiosas, sindicalistas, trabalhadoras rurais e domésticas, feministas, lésbicas, bissexuais, transexuais, pesquisadoras, parlamentares, indígenas, gestoras, capoeiristas, pescadoras, marisqueiras, ribeirinhas, profissionais liberais, entre outras.

Temos, na Paraíba, 58,4% da população composta por negras(os) (IBGE; 2010), e essa população encontra-se em situação de maior vulnerabilidade social e sub-representatividade. Nós mulheres negras, historicamente, ingressamos mais cedo no mercado de trabalho, somos as últimas na escala de renda, as primeiras a serem demitidas e estamos majoritariamente ocupando postos de trabalho no mercado informal. Em pleno século 21, o racismo se mantém impondo barreiras no acesso a direitos básicos para, que mesmo sendo a maioria da população brasileira, compõe também a parcela mais pobre, registrando os mais baixos índices de desenvolvimento humano. Somos nós, as mulheres negras que temos um desfecho trágico com a falta de acesso e má qualidade no atendimento à saúde, especialmente em relação à saúde sexual e reprodutiva. A taxa de mortalidade materna por 100.000 pessoas era, em 2011, de 68,8 para mulheres negras e de 50,6 para mulheres brancas (MS), evidenciando um cenário de racismo institucional na saúde, nos diversos níveis de atenção, dificultando ainda o atendimento garantido em lei à população negra e suas especificidades.

A Paraíba é um dos estados mais violentos do Brasil com nossa população, e João Pessoa atualmente é a capital mais perigosa para jovens negros, que sofrem com uma abordagem policial truculenta e desumana, pausada no racismo institucional, deixando um rastro de sofrimento e dor para as mães e familiares, num processo de extermínio cotidiano de nosso povo, sobretudo, com o genocídio da juventude negra.

Nós, mulheres negras, sofremos também com a violência doméstica, tendo o elemento do racismo com uma agravante. Somos vitimadas com crimes hediondos praticados contra nossa integridade, nossos corpos e nossas vidas, banalizados pela mídia e pelas instituições públicas e privadas. Na faixa etária dos 16 aos 24 anos, temos três vezes mais probabilidade de sermos estupradas e, quando lésbicas, estamos mais suscetíveis a “estupros corretivos”, além de termos duas vezes mais chances de sermos assassinadas em comparação com as mulheres brancas. Somos as maiores vítimas do narcotráfico e somos também a maioria nos presídios femininos, onde estamos em condições subumanas, enfrentando uma série de violações cotidianas. Nós, mulheres, crianças, adolescentes e jovens negras(os) somos as(os) que percorrem trajetórias escolares com maior dificuldade, enfrentando discriminações cotidianas que desrespeitam nossa estética e identidades e desconsideram e violentam nossas tradições religiosas e

<sup>1</sup> A “Carta da Paraíba” foi elaborada a partir das reflexões de mulheres negras do estado, durante o I Encontro Estadual de Mulheres Negras - Paraíba Rumo à Marcha/2015 realizado de 31/07 a 02/08 de 2015 em João Pessoa/PB.

<sup>2</sup> A Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver – será realizada em 18 de novembro de 2015, em Brasília/DF.

culturais. Convivemos com profissionais de educação despreparadas(os) para dialogar sobre o racismo presente nas instituições de ensino, apesar de 12 anos da Lei 10.639/03. Nas universidades, somos minoria. Apesar das cotas raciais, garantidas com muito esforço de nossa luta em movimento, ainda temos dificuldade em permanecer neste sistema que nos exclui e rejeita cotidianamente.

Todavia, nós, mulheres negras, carregamos não apenas uma história de violência e explorações, mas, possuímos um acúmulo de resistência às mais diversas opressões que nos atingem ao longo dos séculos. Desde quando fomos sequestradas da África, acumulamos experiências individuais e coletivas, passando pela organização em quilombos e irmandades, a manutenção de caixas para financiar a liberdade de pessoas escravizadas, até as vivências nas religiões de matrizes africanas e afro-indígenas, organização política a partir de grupos culturais, de mulheres, sindicatos e partidos políticos, entre outros. E por isso continuamos na luta!

#### **Estamos em Marcha na Paraíba porque QUEREMOS:**

- Efetivação dos planos, programas, políticas, conferências e legislações, já elaborados;
- Criação e fortalecimento de organismos de políticas de promoção da igualdade racial e de gênero;
- Implementação da Lei 10.639/03 nas redes de ensino municipais e Estadual;
- Fim do feminicídio de mulheres, com investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras;
- Política que trate do tráfico de drogas e sua relação com violência doméstica no estado da Paraíba com políticas públicas de prevenção ao ingresso de mulheres negras no narcotráfico;
- Produção de dados que reflitam a realidade da problemática da violência contra as mulheres, ou seja, que tragam o pertencimento etnicorracial das mulheres atingidas;
- Garantia do funcionamento 24h das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres e criação de mais delegacias no Estado, sendo mais uma em João Pessoa;
- Fim das agressões sumárias às mulheres negras em casas de detenções;
- Fim do extermínio da juventude negra, com políticas de proteção e prevenção às mortes;
- Pelo fim dos critérios e práticas racistas, sexistas e de assédio no ambiente de trabalho;
- Garantia da proteção social e direitos iguais para as trabalhadoras domésticas;
- Fim do racismo e do sexismo produzidos nos veículos de comunicação que promovem a violência simbólica contra nossos corpos e nossas identidades;
- Visibilidade positiva das mulheres negras nas campanhas publicitárias de órgãos governamentais;
- Política de segurança preventiva que reconheça e respeite as diversidades etnicorraciais, geracional, religiosa e de gênero;
- Garantia de acesso aos serviços de saúde de qualidade e atendimento adequado e humanizado;
- Instituição de programas que visem o fim do racismo institucional nos serviços públicos;
- Titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras;
- Políticas públicas que visem o respeito às nossas vivências/expressões religiosas e garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais de matrizes africanas e afro-indígenas.

Por fim, estamos em Marcha para que nossas reivindicações sejam atendidas pelos poderes públicos em todas as esferas. Conclamamos a sociedade paraibana a unirem suas vozes às nossas na luta pelo fim do racismo, do machismo, da intolerância religiosa, da LBTfobia e dos diversos tipos de preconceitos e discriminações cometidos contra nós, mulheres negras.

**“Nossos passos vêm de longe”  
Vem Marchar com a gente!**



**João Pessoa, agosto de 2015.**